Medida Provisória n° 2192-70, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Sistema Financeiro Nacional

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Destino: -

Último local: 17/03/2026 - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Último estado: 26/02/2024 - EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1514/1 de 1996

Medida Provisória nº 1514/2 de 1996

Medida Provisória nº 1514/3 de 1996

Medida Provisória nº 1514/4 de 1996

Medida Provisória nº 1556/7 de 1997

Medida Provisória nº 1556/8 de 1997

Medida Provisória nº 1556/9 de 1997

Medida Provisória nº 1556/10 de 1997

Medida Provisória nº 1556/11 de 1997

Medida Provisória nº 1556/12 de 1997

Medida Provisória nº 1556/13 de 1997

Medida Provisória nº 1556/14 de 1997

Medida Provisória nº 1590/16 de 1997

Medida Provisória nº 1590/17 de 1997

Medida Provisória nº 1612/20 de 1998

Medida Provisória nº 1612/21 de 1998

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1612/22 de 1998

Medida Provisória nº 1654/24 de 1998

Medida Provisória nº 1654/25 de 1998

Medida Provisória nº 1702/27 de 1998

Medida Provisória nº 1702/28 de 1998

Medida Provisória nº 1702/29 de 1998

Medida Provisória nº 1702/30 de 1998

Medida Provisória nº 1702/31 de 1998

Medida Provisória nº 1773/32 de 1998

Medida Provisória nº 1773/33 de 1999

Medida Provisória nº 1773/34 de 1999

Medida Provisória nº 1773/35 de 1999

Medida Provisória nº 1773/36 de 1999

Medida Provisória nº 1773/37 de 1999

Medida Provisória nº 1773/38 de 1999

Medida Provisória nº 1900/40 de 1999

Medida Provisória nº 1900/41 de 1999

Medida Provisória nº 1900/42 de 1999

Medida Provisória nº 1900/43 de 1999

Medida Provisória nº 1900/44 de 1999

Medida Provisória nº 1983/47 de 2000

Medida Provisória nº 1983/48 de 2000

Medida Provisória nº 1983/49 de 2000

Medida Provisória nº 2023/51 de 2000

Medida Provisória nº 2023/52 de 2000

Medida Provisória nº 2044/54 de 2000

Medida Provisória nº 2044/55 de 2000

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 2044/56 de 2000

Medida Provisória nº 2044/57 de 2000

Medida Provisória nº 2044/58 de 2000

Medida Provisória nº 2044/59 de 2000

Medida Provisória nº 2139/63 de 2001

Medida Provisória nº 2139/64 de 2001

Medida Provisória nº 2139/65 de 2001

Medida Provisória nº 2139/66 de 2001

Medida Provisória nº 2139/67 de 2001

Medida Provisória nº 2192/68 de 2001

Medida Provisória nº 2192/69 de 2001

TRAMITAÇÃO

01/04/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 2/3/2018, Seção 1, páginas 3 e 4, em que consta a publicação da Lei nº 13.631, de 2018, que dá nova redação ao § 7º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, incluído pelo art. 23 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado parcial e tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

26/02/2024 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Ação: A Medida Provisória permanece em vigor nos termos da Emenda Constitucional nº 32 de 2001. A guarda do processado físico é transferida para o Arquivo Legislativo do Senado Federal.

06/09/2023 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

21/12/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

22/10/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU da Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que alteram dispositivo(s) da presente Medida Provisória.

TRAMITAÇÃO

01/05/2020 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntadas, em vias digitais, as Mensagens nºs 16/2020 e 20/2020, nas quais o Presidente do Supremo Tribunal Federal comunica que o tribunal, em decisões proferidas nos autos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3577 e nº 3578, por maioria, julgou prejudicadas as ações diretas quanto ao pedido de declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º da Medida Provisória 2192-70/2001 e julgou parcialmente procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade tão somente do art. 29 e parágrafo único da Medida Provisória 2192-70/2001, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). (Plenário do Supremo Tribunal Federal, Sessão Virtual de 7.2.2020 a 13.2.2020. Acórdão, DJ 06.04.2020.)

01/08/2014 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

03/10/2013 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

03/10/2013 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: DEVOLUÇÃO APÓS CONSULTA.

11/11/2008 SF-ADVOSF - Advocacia do Senado Federal

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

19/09/2005 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: À Advocacia do Senado Federal.

19/09/2005 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Juntada às folhas nºs 243 a 245, a Mensagem nº 49, de 15 de setembro de 2005, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, ao Presidente do Congresso Nacional, comunicando o indeferimento de liminar em Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade, nº 3587, tendo como requerente o Partido Comunista do Brasil - PC do B, relativamente ao art. 3º, inciso I, da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, e, também, em relação ao art. 2º, incisos I, II e IV, da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e, por votação unânime, o Tribunal concedeu a cautelar e suspendeu a eficácia do § 1º do artigo 4º e do artigo 29 e seu parágrafo único, ambos da Medida Provisória nº 2.192-70/2001, tudo nos termos do voto do relator.

16/09/2005 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Anexado telegrama do Ministro do Supremo Tribunal Federal ao Presidente do Congresso Nacional, comunicando que indeferiu a Liminar relativa ao art. 3º, inciso I da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e que concedeu a cautelar e suspendeu a eficácia do § 1º do art. 4º e do art. 29 e seu parágrafo único , nos termos do voto do relator, conforme consta à folha nº 242.

12/05/2005 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

TRAMITAÇÃO

Ação: Anexadas folhas nºs 235 a 241, referentes à cópia do PLV nº 1/2005.

30/06/2004 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexado ao cópia do Oficio SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 132 a 134.

27/08/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas folhas nºs 131 a 132, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

01/07/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Incluída na Pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003.

30/04/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 130, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 9268

26/03/2003 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 129, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 4798

11/11/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

15/04/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 128, referente ao Ofício do Líder do PFL da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 4536

15/03/2002 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada a folha de nº 127, referente ao ofício da Liderança do BLOCO PSDB/PPB no Senado Federal, que substitui designação anterior de Senadores que comporão a Comissão Mista.

Publicado no DSF Páginas 2352

TRAMITAÇÃO

28/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 126, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 29722

05/11/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexada folha nº 125, referente ao Ofício do Líder do PSDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

10/09/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas fls. 104 a 124 referentes à Mensagem nº 547, de 2001-CN, que encaminha o texto da Medida.

Publicado no DCN Páginas 20295-20324

10/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Esgotado o prazo regimental sem a instalação da Comissão Mista.
À SSCLCN.

05/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Anexado OF.PSDB/I/Nº 563/2001, da Liderança do PSDB na Câmara, substituindo o Deputado Aécio Neves pelo Deputado Xico Graziano como membro titular da Comissão Mista (fls. 103).

Publicado no DSF Páginas 20774

30/08/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: No prazo regimental nenhuma emenda foi adicionada à Medida Provisória.

28/08/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Convalidadas as emendas de n.ºs 001 a 033, constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN n.º 103/99 (DSF 07.05.99).

27/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

Publicado no DOU Páginas 12-14

27/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.192-69/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2192-

Data: 25/08/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 27/08/2001

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação Legislativa: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.192-69/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

Avulso de emendas

Data: 28/08/2001

Autor: -

Local: SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação Legislativa: Convalidadas as emendas de n.ºs 001 a 033, constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN n.º 103/99 (DSF 07.05.99).

Mensagem

Data: 01/05/2020

Autor: Supremo Tribunal Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em vias digitais, as Mensagens nºs 16/2020 e 20/2020, nas quais o Presidente do Supremo Tribunal Federal comunica que o tribunal, em decisões proferidas nos autos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3577 e nº 3578, por maioria, julgou prejudicadas as ações diretas quanto ao pedido de declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º da Medida Provisória 2192-70/2001 e julgou parcialmente procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade tão somente do art. 29 e parágrafo único da Medida Provisória 2192-70/2001, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). (Plenário do Supremo Tribunal Federal, Sessão Virtual de 7.2.2020 a 13.2.2020. Acórdão, DJ 06.04.2020.)

Descrição/Ementa: Mensagem nº 16/2020, do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Mensagem

Data: 01/05/2020

Autor: Supremo Tribunal Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em vias digitais, as Mensagens nºs 16/2020 e 20/2020, nas quais o Presidente do Supremo Tribunal Federal comunica que o tribunal, em decisões proferidas nos autos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3577 e nº 3578, por maioria, julgou prejudicadas as ações diretas quanto ao pedido de declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º da Medida Provisória 2192-70/2001 e julgou parcialmente procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade

DOCUMENTOS

tão somente do art. 29 e parágrafo único da Medida Provisória 2192-70/2001, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli (Presidente). (Plenário do Supremo Tribunal Federal, Sessão Virtual de 7.2.2020 a 13.2.2020. Acórdão, DJ 06.04.2020.)

Descrição/Ementa: Mensagem nº 20/2020, do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Edição de Diário Oficial

Data: 22/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU da Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que alteram dispositivo(s) da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 10.661, DE 22 DE ABRIL DE 2003: Altera o art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

Edição de Diário Oficial

Data: 22/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU da Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que alteram dispositivo(s) da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016: Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Cópia integral de Processo

Data: 06/09/2023

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

Descrição/Ementa: Processo físico integralmente digitalizado.

Edição de Diário Oficial

Data: 01/04/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada do DOU de 2/3/2018, Seção 1, páginas 3 e 4, em que consta a publicação da Lei nº 13.631, de 2018, que dá nova redação ao § 7º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, incluído pelo art. 23 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado parcial e tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Descrição/Ementa: DOU de 2/3/2018, Seção 1, páginas 3 e 4, em que consta a publicação da Lei nº 13.631, de 2018, que dá nova redação ao § 7º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, incluído pelo art. 23 da presente Medida Provisória, que passa a ser considerado parcial e tacitamente revogado, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).
